

INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Alvorada

e Demonstrações Contábeis

1º Trimestre/2022

Alvorada, 2022

DCONIFRS – processo nº 23419.000219/2022-16

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabio Azambuja Marçal

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Alaor Ribeiro de Souza

Coordenadora de Orçamento

Kataliny Mercedes Gheno Azzolini

Coordenador Financeiro

Alaor Ribeiro de Souza

Responsável pela Conformidade Contábil

Maicon Goulart Morales

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício), em atendimento à setorial contábil do IFRS, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158745 – campus Alvorada, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UG)		Código da UG	
INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS ALVORADA		158745	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 1º Trimestre de 2022, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 603 – Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA.</p> <p>O campus Alvorada registrou saldo divergente do Relatório de Movimentação de Almoxarifado no montante de R\$ 2,7 mil, a maior no SIAFI. Providências relatadas: Orientação à Coordenadoria de Infraestrutura quanto aos prazos de registro da entrada dos materiais/equipamentos.</p> <p>Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.</p> <p>O campus Alvorada não possui documentos de controle de auxílio a pesquisa a comprovar que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. O saldo atual registrado no SIAFI é de R\$ 26,2 mil. Providências relatadas: Pesquisa dos processos de prestação de contas da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. Prazo até o dia 31 de maio de 2022.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Alvorada	Data	19/04/2022
Contador Resp.	Maicon Goulart Moraes	CRC nº	85.488

Demonstrações contábeis do exercício de 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-BP-22Mes03-UG158745.pdf>.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-DVP-22Mes03-UG158745.pdf>.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-BO-22Mes03-UG158745.pdf>.

BALANÇO FINANCEIRO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-BF-22Mes03-UG158745.pdf>.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-DFC-22Mes03-UG158745.pdf>.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Disponível em <https://ifrs.edu.br/alvorada/wp-content/uploads/sites/17/2022/03/BGU-DMPL-22Mes03-UG158745.pdf>.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Campus Alvorada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

(a) Bens móveis

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título. Atualmente, aproximadamente R\$ 306 mil estão contabilizados à título de estoques e R\$ 2,26 milhões de bens móveis. Também não foi realizada a avaliação dos bens móveis/intangíveis para apurarmos o real valor do ativo imobilizado.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 31/03/2022, é de R\$ 7,4 mil.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Alvorada, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);**
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. Balanço Orçamentário (BO);**
- IV. Balanço Financeiro (BF);**
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- VII. Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos

concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Caixa e Equivalente de Caixa

	R\$			
	mar-22	dez-21	AH (%)	AV (%)
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	2.205	2.205	-	100
Recursos Liberados pelo Tesouro	-	-	-	-
Total	2.205	2.205	-	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Nota 2 – Estoques

Houve aumento do volume de estoque no último trimestre. Estes são representados pelos materiais em almoxarifado, que compreendem diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios e materiais de expediente. O campus armazena, em média, R\$ 269 mil em almoxarifado.

Materiais em almoxarifado nos últimos 18 meses (valores em R\$)



Nota 3 – Imobilizado

No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelo campus é especializada, como, por exemplo, ativos de infraestrutura e materiais bibliográficos.

Bens Móveis

Os bens móveis totalizaram, pelo custo de aquisição, R\$ 2,26 milhões e estão distribuídos em categorias, conforme detalhado por conta contábil na tabela a seguir, sendo de maior representatividade o investimento em

equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, no valor de R\$ 805 mil (36% do total), seguido de mobiliário em geral, R\$ 441 mil (20% do total).

Bens Móveis

Bens móveis	1º trim. 2022	4º trim. 2021	R\$	
	Custo	Custo	AH (%)	AV (%)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	804.886	804.886	-	36
MOBILIARIO EM GERAL	441.353	441.078	0	20
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	340.005	61.409	454	15
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	200.603	197.244	2	9
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	192.445	191.906	0	9
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	78.608	77.238	2	3
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	73.384	73.384	-	3
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	39.563	36.958	7	2
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	16.182	16.182	-	1
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	15.980	15.980	-	1
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	12.804	12.804	-	1
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	10.054	10.054	-	0
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	9.209	3.458	166	0
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	7.124	7.124	-	0
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	7.069	8.638	-	18
VEICULOS EM GERAL	3.087	3.087	-	0
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	1.324	1.324	-	0
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.210	1.210	-	0
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	707	3.851	-	82
= BENS NAO LOCALIZADOS	20	20	0	0
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	-	270.000	-	100
Total	2.255.615	2.237.833	1	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Evolução do Imobilizado – Bens Móveis nos últimos 18 meses (valores em R\$ mil)



Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação acumulada dos bens móveis totalizou R\$ 906 mil, equivalente a 40% do custo de aquisição total dos bens móveis.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 9,29 milhões a título de imóvel de uso educacional e instalação da plataforma vertical, com depreciação acumulada no valor de R\$ 262 mil.

Nota 4 – Intangível

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil indefinida, no valor de R\$ 883,00.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

O campus apresentou um saldo de R\$ 199 mil de obrigações, sendo todo o montante de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos no prazo de doze meses seguintes. Essas obrigações estão divididas conforme tabela a seguir.

Obrigações a Curto e Longo Prazo

	mar-22	dez-21	Var.	AH (%)
Subtotal - Curto Prazo	86.576	35.813	50.763	142%
Fornecedores e Contas a Pagar	40.989	27.144	13.846	51%
Demais Obrigações a Curto Prazo	45.587	8.670	36.917	426%
Subtotal - Longo Prazo	-	-	-	
Total	86.576	35.813	50.763	141,74%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

A maior parte das obrigações do campus se referem a demais obrigações a curto prazo, que representam 53% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

Treze fornecedores possuem créditos com o campus. Desse total, a BRS SP Suprimentos Corporativos representa 56% do saldo total a pagar, apresentado em ordem decrescente na tabela adiante, que totaliza R\$ 40,9 mil.

Fornecedores e Contas a Pagar por Fornecedor

	mar-22	R\$ AV (%)
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	22.806	56
ATENAS SERVICOS DE APOIO LTDA	8.745	21
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	3.050	7
QUALITY ATACADO EIRELI	1.336	3
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	1.240	3
LINCE - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.	1.186	3
ELETROQUIP COMERCIO E LICITACOES LTDA	930	2
L.I.G. SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	850	2
INCONFIDENCIA LOCADORA DE VEICULOS E MAO-DE-OBRA LTDA	296	1
PROLAB COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA	240	1
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	153	0
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	99	0
EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	60	0
Total	40.989	100

Fonte: SIAFI, 2022

- (a) BRS SP Suprimentos Corporativos: referente a contratação de serviço continuado de almoxarifado virtual;
- (b) Atenas Serviços de Apoio: referente a contratação de serviço continuado de limpeza;
- (c) Securisystem Sistemas de Monitoramento: referente a contratação de serviço continuado de videomonitoramento.

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

Demais Obrigações a Curto Prazo

	R\$				
	mar-22	AV (%)	dez-21	AV (%)	AH (%)
Consignações	10.299	22,6%	5.565	64,2%	85,0%
Depósitos não judiciais	2.205	4,8%	2.205	25,4%	0,0%
Incentivos a educação, cultura e outros	33.084	72,6%	900	10,4%	3576,0%
Total	45.587	100%	8.670	100%	426%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a folha de pagamento ou a compras de bens e serviços.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende cauções recebidos em garantia de execução de contratos continuados.

(c) Incentivo a educação, cultura e outros

Compreende as obrigações com incentivos a educação, cultura, ciência, esporte, bem como bolsas de estudo para cursos de especialização, mestrado, doutorado, e para estagiários.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi deficitário em R\$ 72,7 mil e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

	R\$				
	mar-22	mar-21	AH (%)	AV (%)	
Variações Patrimoniais Aumentativas	324.716	377.027 -	14 -		446
Variações Patrimoniais Diminutivas	- 397.469 -	439.654 -	10		546
Total	- 72.753 -	62.626	16		100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Observa-se que, no resultado Patrimonial do Período, houve um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Diminuição no volume de outras variações patrimoniais diminutivas em R\$ 113 mil (59%);
- II. Diminuição nas transferências e delegações recebidas em R\$ 52,3 mil (14%);
- III. Aumento dos gastos no uso de bens, serviços e consumo de capitais fixo em R\$ 61 mil (25%).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Demonstração das Variações Patrimoniais

	R\$				
	mar-22	mar-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	324.719	377.327 -	52.608	-14%	100
Transferências e delegações recebidas	324.694	377.092 -	52.397	-14%	100
Outras VPAs	25	235 -	210	-89%	0
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	397.469	439.654 -	42.185	-10%	100
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	310.075	248.870	61.205	25%	78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	119	-	119		0
Transferências e delegações concedidas	25	235 -	210	-89%	0
Tributárias	9.843	50	9.793	19454%	2
Outras VPDs	77.407	190.498 -	113.091	-59%	19
Total	- 72.750 -	62.326 -	10.423	17%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos a diminuição das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 52,3 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com queda de 14% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

A principal diminuição de gastos ocorreu com outras variações patrimoniais diminutivas, no montante de R\$ 113 mil, totalizando nessa rubrica R\$ 77,4 mil (uma queda de 59%).

Isto posto, conclui-se na diminuição do total de gastos, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 397,4 mil até o encerramento do trimestre.

O detalhamento da VPD de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo e de outras VPD's são demonstrados a seguir.

(a) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Variações Patrimoniais Diminutivas - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

	R\$				
	mar-22	mar-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Uso de materiais de consumo	16.025	5.085	10.941	215%	5
Serviços	235.846	167.529	68.317	41%	76
Depreciação, amortização e exaustão	58.204	76.257 -	18.053	-24%	19
Total	310.075	248.870	61.205	25%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Destaca-se o aumento de R\$ 68,3 mil em serviços, equivalente a 41%, em relação ao mesmo período no exercício anterior.

As principais variações nos gastos com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços

	R\$				
	mar-22	mar-21	Var.	AH (%)	AV (%)
Serviços técnicos profissionais	1.268	587	681	116%	1
Serv. de apoio adm., técnico e operacional	234.578	166.939	67.638	41%	99
Seguros em geral	-	3 -	3	-100%	-
Total	235.846	167.529	68.317	41%	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

(b) Outras VPD's

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas tiveram diminuição de gastos no campus, na ordem de 59%, e estão diretamente relacionados à bolsa de estudos. No primeiro trimestre de 2022, o total de gasto nesta rubrica foi de

R\$ 77 mil.

Nota 7 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário corresponde à confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964, além do percentual de realização das receitas previstas e percentual de empenho da dotação atualizada.

No IFRS, a setorial orçamentária do órgão consolida a previsão e realização de receitas, assim como a dotação inicial e atualizada das suas unidades, de modo que o Balanço Orçamentário do campus é insuficiente para demonstrar o resultado orçamentário da unidade.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia R\$ 312,6 mil. Houve um acréscimo de 21% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas correntes representam 100% do total empenhado no exercício, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Despesas Empenhadas - Composição

	R\$			
	mar-22	mar-21	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	312.622	258.765	21	100
Despesas de Capital	-	-	-	-
Total	312.622	258.765	21	100

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Entre as despesas empenhadas, destacam-se os outros serviços de terceiros - PJ, com R\$ 186,7 mil em empenhos realizados no exercício, seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor de R\$ 77 mil, equivalentes à 56,8% e 24,6% do valor total empenhado, respectivamente.

O percentual de liquidação dos empenhos no exercício é de 35,3%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve diminuição de 60% nos empenhos com auxílio financeiro a estudantes e aumento de 185% nos empenhos com outros serviços de terceiros - PJ.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas empenhadas no campus.

Empenhos - Composição

NATUREZA DE DESPESA	mar-22					mar-21					R\$
	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AV (% de emp.)	PROVISAO RECEB.	DESP. EMP.	DESP. LIQ.	LIQ. (%)	AH (% de emp.)	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	186.702	177.905	33.635	18,9	56,8	62.399	62.399	48.729	78,1	185,1	
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	77.035	77.035	63.307	82,2	24,6	192.413	192.413	190.498	99,0	60,0	
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	112.503	40.104	1.551	3,9	12,8	-	32.494	29.228	89,9	23,4	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	7.115	7.115	1.551	21,8	2,3	3.819	3.819	3.819	100,0	86,3	
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.348	5.348	5.348	100,0	1,7	-	11.305	11.200	99,1	52,7	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	5.017	5.017	4.727	94,2	1,6	34	34	34	100,0	14.847,9	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	100	100	-	0,0	0,0	100	100	-	-	-	
APLICACOES DIRETAS	5.331	420	420	100,0	0,1	-	1.030	530	51,5	59,2	
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	25.956	8	8	100,0	0,0	-	-	-	-	-	
APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
APLICACOES DIRETAS	6.866	-	-	-	-	3.762	3.762	276	7,3	100,0	
Total	432.223	313.050	110.546	35,3	100,0	262.527	307.357	284.313	92,5	1,9	

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021

Os principais favorecidos do período são listados na Tabela a seguir.

Empenhos por favorecido - Composição

FAVORECIDO	mar-22 DESP. EMP.
INST.FED.DO RS/CAMPUS ALVORADA	77.335
ATENAS SERVICOS DE APOIO LTDA	60.701
MEZI EMPRESARIAL LTDA	50.641
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	40.104
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	24.790
SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA.	18.069
MUNICIPIO DE ALVORADA	9.764
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	9.299
DISKTONER COPIADORAS E IMPRESSORAS EIRELI	7.115
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	3.000
L.I.G. SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA	2.550
INFINITY TECHNOLOGY LTDA	2.500
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN	1.819
RAYSSA DE MARKUS IMUNIZACOES LTDA	1.775
CULAU PRIME LIFTS TRANSPORTES VERTICAIS LTDA	1.155
EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	1.120
OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	700
DF TURISMO E EVENTOS LTDA	100
IUGU SERVICOS NA INTERNET S/A	75
CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA DO RS	10
Total	312.622

Fonte: SIAFI, 2022

Mais de 60% dos empenhos do campus estão concentrados nos três primeiros favorecidos:

- **Inst. Federal do RS / campus Alvorada:** empenhos destinados ao pagamento de assistência estudantil, permanência e moradia aos estudantes matriculados no campus;
- **Atenas Serviços de Apoio:** empenhos destinados ao pagamento do serviço continuado de limpeza do campus;

- **Mezi Empresarial:** empenhos destinados ao pagamento de serviço continuado de portaria do campus.

Nota 8 – Restos a Pagar

Conforme Tabela que segue, 64% dos Restos a Pagar Processados a pagar e Não Processados a liquidar corresponde à obras e instalações, perfazendo o valor de R\$ 876,2 mil. Os equipamentos e material permanente correspondem a 21,4% do total de compromissos a realizar, no valor de R\$ 292,3 mil e, outros serviços de terceiros - PJ, 7%, no valor de R\$ 95,5 mil. Juntas, as três naturezas de despesas citadas correspondem a 92,5% do total de compromissos a realizar inscritos em restos a pagar.

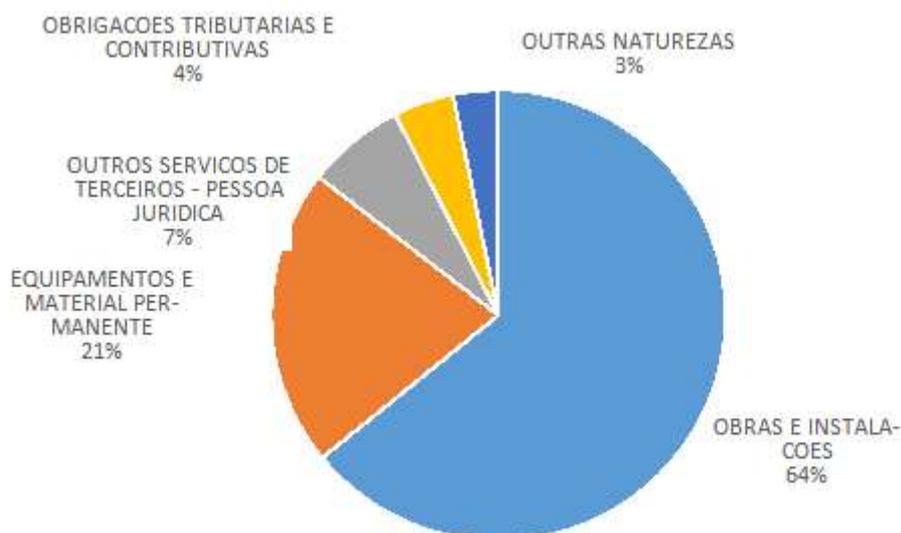
Restos a Pagar - Composição do 1º trimestre

NATUREZA DE DESPESA	RP PROC. INSCRITOS	RP PROC. PAGOS	RPP A PAGAR	RP NAO PROC. INSC.	RP NAO PROC. REINSC.	RP NAO PROC. LIQ.	RPNP A LIQ.	R\$	
								AV DOS RPP A PAG. E RPNP A LIQ. (%)	
OBRAS E INSTALACOES	24.920	24.920	-	876.220			876.220	64,1	
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			-	298.808	2.121	8.596	292.333	21,4	
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	13.340	13.340	-	206.496	65.866	176.860	95.502	7,0	
MATERIAL DE CONSUMO			-	23.310	13.420	19.656	17.075	1,2	
OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	2.453	2.453	-	20.795		19.211	1.584	0,1	
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	14.802	14.802	-	14.802	10.435	14.802	10.435	0,8	
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	900	300	600	14.400		13.200	1.200	0,1	
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	233	233	-	3.156	12.025	3.156	12.025	0,9	
INDENIZACOES E RESTITUICOES			-	600	177	600	177	0,0	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS			-	70	59.035	70	59.035	4,3	
Total	56.649	56.049	600	1.458.658	163.078	256.150	1.365.585	100	

Fonte: SIAFI, 2022

Na Figura a seguir a representação gráfica dos compromissos a pagar de Restos a Pagar por natureza de despesa.

Compromissos a Pagar – Restos a Pagar até o 1º trimestre



Quase totalidade dos compromissos a pagar de Restos a Pagar correspondem aos Restos a Pagar Não Processados, que equivalem aos compromissos assumidos com materiais que não foram entregues ou serviços que não foram prestados ao IFRS até o encerramento do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados a Liquidar por Favorecido - Composição do 1º trimestre

FAVORECIDO	RPNP A LIQUIDAR	R\$
		AV (%)
JH2P-ENGENHARIA, CONSTRUCAO E DECORACAO LTDA	876.220	68,2
GLOBAL DISTRIBUICAO DE BENS DE CONSUMO LTDA.	287.012	22,4
BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA.	52.328	4,1
EMS TRANSPORTES E TURISMO EIRELI	16.976	1,3
VILE CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	14.955	1,2
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	4.656	0,4
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	3.699	0,3
ENOQUE INFORMATICA LTDA	3.200	0,2
PRISMA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA EIRELI	2.121	0,2
PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	1.584	0,1
OUTROS FAVORECIDOS	21.164	1,6
Total	1.283.914	100,0

Fonte: SIAFI, 2022

Os principais Restos a Pagar Não Processados a Liquidar correspondem a:

JH2P – Engenharia, construção e decoração: empenho destinado a construção de blocos de laboratório;

Global distribuição de bens de consumo: empenho destinado a aquisição de microcomputadores.